

REGINA HELENA COSTA

Curso de
DIREITO TRIBUTÁRIO
CONSTITUIÇÃO E CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

9ª edição
revista e atualizada
2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53606-88-7

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7857Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Iris Ferrão

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Cláudia Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação Ofá Design
Revisão Ana Maria Cortazzo
Capa Roney Camelo

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Santa Marta

Costa, Regina Helena

Curso de direito tributário - Constituição e Código Tributário
Nacional / Regina Helena Costa. – 9. ed. – São Paulo : Saraiva
Educação, 2019.

1. Brasil - Constituição (1988) 2. Direito tributário - Brasil
3. Direito tributário - Legislação - Brasil I. Título.

18-1676

CDU 34:336.2(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito tributário 34:336.2(81)

Data de fechamento da edição: 23-11-2018Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605470 CAE 631527

Sumário

<i>Sobre a Autora</i>	5
<i>Abreviaturas</i>	7
<i>Apresentação</i>	17
<i>Nota à 9ª edição</i>	19
<i>Nota à 8ª edição</i>	21
<i>Nota à 7ª edição</i>	23
<i>Nota à 6ª edição</i>	25
<i>Nota à 5ª edição</i>	27
<i>Nota à 4ª edição</i>	29
<i>Nota à 3ª edição</i>	31
<i>Nota à 2ª edição</i>	33

Parte I – Fundamentos do Direito Tributário

1. A tributação e os direitos fundamentais.....	37
1.1. Conceito de tributação	37
1.2. Tributação e direitos fundamentais	38
1.3. Escorço histórico da tributação.....	41
2. Perfil do Direito Tributário.....	44
2.1. Conceito e objeto	44
2.2. Autonomia	44
2.3. Relacionamento com outros ramos do Direito.....	46
3. Fontes do Direito Tributário	49
3.1. Conceito e espécies	49
3.2. Fontes legislativas.....	49
3.2.1. Constituição da República	49
3.2.2. Lei complementar.....	52
3.2.3. Lei ordinária	56
3.2.4. Medida provisória	56

3.2.5. Decreto legislativo	58
3.2.6. Resolução	58
3.3. Atos administrativos normativos	59
3.3.1. Decretos	59
3.3.2. Instruções.....	60
3.4. Jurisprudência.....	61
3.5. Doutrina.....	62

Parte II – Sistema Constitucional Tributário

1. A disciplina constitucional da tributação.....	65
1.1. O sistema tributário nacional.....	65
1.2. Normas tributárias fora do capítulo do sistema tributário nacional	69
1.3. As alterações promovidas por emendas constitucionais	71
2. Competência tributária	74
2.1. Conceito e características	74
2.2. Repartição de competências tributárias	76
2.3. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade.....	79
2.4. Bitributação e <i>bis in idem</i>	81
3. Limitações ao poder de tributar.....	82
3.1. Considerações gerais.....	82
3.2. Princípios constitucionais	83
3.2.1. Princípios gerais com especial repercussão no âmbito tributário .	85
3.2.1.1. Segurança jurídica	85
3.2.1.2. Dignidade da pessoa humana.....	86
3.2.1.3. Isonomia	87
3.2.1.4. Legalidade	88
3.2.1.5. Princípio republicano	89
3.2.1.6. Princípios federativo e da autonomia municipal.....	89
3.2.1.7. Moralidade.....	90
3.2.1.8. Supremacia do interesse público sobre o particular	91
3.2.1.9. Função social da propriedade.....	91
3.2.2. Princípios específicos	92
3.2.2.1. Legalidade tributária	93
3.2.2.2. Anterioridade da lei tributária: genérica, especial e nona- gesimal.....	95
3.2.2.3. Irretroatividade da lei tributária.....	99
3.2.2.4. Praticabilidade tributária	100
3.2.2.5. Não obstância do exercício de direitos fundamentais por via da tributação.....	102
3.2.2.6. Generalidade da tributação.....	103

3.2.2.7.	Capacidade contributiva	104
3.2.2.8.	Solidariedade contributiva.....	106
3.2.2.9.	Vedação da utilização de tributo com efeito de confisco.....	108
3.2.2.10.	Não limitação ao tráfego de pessoas e bens	109
3.2.2.11.	Uniformidade geográfica, vedação da tributação diferenciada da renda das obrigações da dívida pública e da remuneração dos servidores e vedação à isenção heterônoma.....	110
3.2.2.12.	Não diferenciação tributária entre bens e serviços em razão de sua procedência ou destino.....	111
3.3.	Imunidades.....	112
3.3.1.	Conceito	112
3.3.2.	Classificação.....	113
3.3.3.	Imunidades genéricas.....	115
3.3.3.1.	Imunidade recíproca	117
3.3.3.2.	Templos de qualquer culto.....	118
3.3.3.3.	Imunidades contidas no art. 150, VI, c.....	119
3.3.3.3.1.	Partidos políticos e suas fundações	123
3.3.3.3.2.	Entidades sindicais de trabalhadores	123
3.3.3.3.3.	Instituições de educação e de assistência social.....	124
3.3.3.4.	Livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.	132
3.3.3.5.	Fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser	134
3.3.4.	Imunidades específicas.....	134
4.	Tributo e suas espécies.....	138
4.1.	Conceito constitucional de tributo	138
4.2.	Definição legal.....	138
4.3.	Espécies.....	141
4.3.1.	Impostos	143
4.3.1.1.	Classificação dos impostos.....	145
4.3.2.	Taxas.....	147
4.3.2.1.	Taxa de polícia	148
4.3.2.2.	Taxa de serviço.....	150
4.3.2.3.	Pedágio.....	152
4.3.2.4.	Taxa e tarifa.....	153
4.3.3.	Contribuição de melhoria.....	156
4.3.4.	Empréstimo compulsório	159
4.3.5.	Contribuições	161

4.3.5.1.	Contribuições sociais	163
4.3.5.2.	Contribuições interventivas (CIDEs).....	166
4.3.5.3.	Contribuições no interesse de categorias profissionais ou econômicas	171
4.3.5.4.	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública...	172

Parte III – O CTN e Suas Normas Gerais

1.	O papel do Código Tributário Nacional.....	177
2.	Capacidade tributária ativa	181
3.	Legislação tributária: vigência, interpretação, integração e aplicação	184
3.1.	Legislação tributária	185
3.2.	Vigência: conceito	189
3.2.1.	Vigência no tempo	190
3.2.2.	Vigência no espaço	191
3.3.	Interpretação e seus métodos.....	192
3.4.	Integração da legislação tributária.....	198
3.5.	Aplicação da legislação tributária	200
4.	Obrigação tributária.....	205
4.1.	Obrigação tributária: principal e acessória.....	205
4.2.	A dissensão doutrinária.....	206
4.3.	Relação jurídica sancionatória	210
4.4.	Críticas.....	210
5.	Fato gerador	212
5.1.	Fato gerador: conceito	212
5.2.	A disciplina do CTN.....	213
5.3.	A hipótese de incidência tributária e seus aspectos	219
5.3.1.	Antecedente: aspectos material, espacial e temporal	220
5.3.2.	Consequente: aspecto pessoal.....	221
5.3.2.1.	Sujeito ativo	222
5.3.2.2.	Sujeição passiva tributária: considerações gerais.....	223
5.3.2.3.	Solidariedade	225
5.3.2.4.	Capacidade tributária passiva.....	225
5.3.2.5.	Domicílio tributário.....	229
5.3.3.	Sujeição passiva indireta ou responsabilidade no CTN	230
5.3.3.1.	Sucessão	233
5.3.3.2.	Responsabilidade em sentido estrito.....	237
5.3.3.3.	Substituição	240
5.3.3.4.	Nossa opinião	243

5.4. Consequente: aspecto quantitativo	244
6. Crédito tributário e lançamento	248
6.1. Crédito tributário: conceito	248
6.2. Lançamento: conceito, natureza jurídica e eficácia	249
6.2.1. Critérios para o lançamento	253
6.2.2. Modalidades.....	257
6.2.3. O lançamento por homologação e suas peculiaridades	260
7. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....	265
7.1. Considerações gerais.....	265
7.2. Hipóteses	268
7.2.1. Moratória.....	268
7.2.2. Depósito do montante integral.....	270
7.2.3. Reclamações e recursos administrativos	273
7.2.4. Concessão de medida liminar em mandado de segurança ou em outra ação, ou de tutela antecipada.....	273
7.2.5. Parcelamento	276
8. Extinção do crédito tributário	278
8.1. Introdução.....	278
8.2. Pagamento e suas modalidades: considerações gerais	280
8.2.1. Imputação do pagamento	283
8.2.2. Consignação em pagamento.....	284
8.2.3. Pagamento indevido e restituição do indébito	285
8.2.4. Conversão de depósito em renda.....	292
8.2.5. Pagamento antecipado e homologação do lançamento	293
8.2.6. Dação em pagamento.....	293
8.3. Compensação.....	294
8.4. Transação.....	297
8.5. Remissão.....	299
8.6. Decadência	300
8.7. Prescrição	303
8.8. Decisão administrativa irreformável	305
8.9. Decisão judicial passada em julgado.....	306
9. Exclusão do crédito tributário	308
9.1. Considerações gerais.....	308
9.2. Isenção: perfil constitucional	309
9.2.1. Isenção e imunidade.....	310
9.2.2. Espécies de isenções.....	312

9.2.3. A disciplina do Código Tributário Nacional.....	312
9.2.4. Isenção e alíquota zero	315
9.3. Anistia.....	316
10. Infrações e sanções tributárias	319
10.1. A relação sancionatória	319
10.2. Modalidades de sanções tributárias	319
10.3. Sanções políticas	320
10.4. Princípios gerais do direito sancionatório.....	321
10.5. A disciplina do Código Tributário Nacional	323
10.6. Denúncia espontânea	326
11. Garantias e privilégios do crédito tributário.....	330
11.1. Conceitos.....	330
11.2. A disciplina do Código Tributário Nacional	331
12. Administração tributária.....	340
12.1. Conceito de Administração Tributária e sua disciplina constitucional ..	340
12.2. A disciplina do Código Tributário Nacional	342
12.2.1. Fiscalização	342
12.2.2. Dívida ativa.....	352
12.2.3. Certidões negativas.....	356

Parte IV – Impostos em Espécie

1. Impostos federais.....	363
1.1. A competência da União em matéria de impostos	363
1.2. Imposto de Importação.....	364
1.2.1. Perfil constitucional.....	364
1.2.2. Aspectos da hipótese de incidência	365
1.3. Imposto de Exportação	367
1.3.1. Perfil constitucional.....	367
1.3.2. Aspectos da hipótese de incidência	368
1.4. Imposto sobre a Renda – IR	371
1.4.1. Perfil constitucional.....	371
1.4.2. Aspectos da hipótese de incidência	373
1.4.3. Imposto sobre a Renda de Pessoa Física – IRPF	375
1.4.4. Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ	378
1.5. Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	380
1.5.1. Perfil constitucional.....	380
1.5.2. Aspectos da hipótese de incidência	384

1.6.	Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	386
1.6.1.	Perfil constitucional.....	386
1.6.2.	Aspectos da hipótese de incidência	387
1.7.	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.....	390
1.7.1.	Perfil constitucional.....	390
1.7.2.	Aspectos da hipótese de incidência	391
1.8.	Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF	395
1.8.1.	Perfil constitucional.....	395
2.	Impostos estaduais.....	396
2.1.	A competência dos Estados-membros e do Distrito Federal em matéria de impostos	396
2.2.	Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ITCMD.....	396
2.2.1.	Perfil constitucional.....	396
2.2.2.	Aspectos da hipótese de incidência	398
2.3.	Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.....	399
2.3.1.	Considerações gerais	399
2.3.2.	Perfil constitucional.....	400
2.3.3.	O papel da lei complementar.....	404
2.3.4.	Aspectos da hipótese de incidência	406
2.4.	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	410
2.4.1.	Perfil constitucional.....	410
2.4.2.	Aspectos da hipótese de incidência	411
3.	Impostos municipais	414
3.1.	A competência dos Municípios em matéria de impostos.....	414
3.2.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	414
3.2.1.	Perfil constitucional.....	414
3.2.2.	Aspectos da hipótese de incidência	419
3.3.	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI	421
3.3.1.	Perfil constitucional.....	421
3.3.2.	Aspectos da hipótese de incidência	422
3.4.	Imposto sobre Prestações de Serviços de Quaisquer Natureza – ISSQN.....	424
3.4.1.	Perfil constitucional.....	424
3.4.2.	O papel da lei complementar.....	425
3.4.3.	Aspectos da hipótese de incidência	428

Parte V – Noções sobre as Relações Processuais em Matéria Tributária

1. Considerações gerais.....	435
1.1. Introdução: existe um “processo tributário”?.....	435
1.2. Algumas palavras sobre o controle de constitucionalidade em matéria tributária	437
2. Aspectos do processo administrativo tributário	442
2.1. Introdução.....	442
2.2. A processualidade no plano constitucional.....	442
2.3. Objeto do processo administrativo tributário.....	445
2.4. Fases do processo administrativo tributário	445
2.5. A consulta.....	447
2.6. Perspectivas	448
3. Aspectos das ações judiciais utilizadas pelos sujeitos das relações tributárias .	450
3.1. Considerações iniciais.....	450
3.2. Tutela de urgência em matéria tributária	450
3.3. Ações do sujeito passivo contra o Fisco	451
3.3.1. Mandado de segurança	451
3.3.2. Ações anulatória e declaratória do indébito tributário	452
3.3.3. Ação de repetição do indébito	453
3.3.4. Ação de compensação	454
3.4. Ações do Fisco contra o sujeito passivo.....	455
3.4.1. Medida cautelar fiscal.....	455
3.4.2. Execução fiscal	456

Parte VI – Outros Temas

1. Necessidade de alterações no Imposto sobre a Renda de Pessoa Física	463
2. Ação civil pública em matéria tributária	465
3. Repercussão geral em matéria tributária: breves reflexões	472
<i>Bibliografia</i>	481
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	487